

MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E ENSINO DE HISTÓRIA: UMA FERRAMENTA PARA O ENFRENTAMENTO DO NEGACIONISMO ASCENDENTE NO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA

Resistance Movements and History Teaching: A Tool to Confront the Rising Denialism in Brazil in the Last Decade

Flávia Aparecida Branco da Silva, Gabriela de Almeida e Nascimento e Gabriella Versiane Caria Dias¹

Resumo

Com a ascensão da extrema-direita no Brasil, percebe-se um crescimento nos discursos que buscam deslegitimar o trabalho histórico e negar os acontecimentos históricos. Essas falas negacionistas abordam principalmente a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), passado sensível e marcado por violências físicas e simbólicas, que até hoje não resultaram em uma punição efetiva dos responsáveis. Dentre os principais discursos falaciosos sobre este período estão aqueles sobre os movimentos de resistência, vistos por essa perspectiva como terroristas e subversivos que mereceram o tratamento violento perpetrado pelos militares. Sendo assim, o presente trabalho busca discutir como o Ensino de História pode contribuir no combate a esse falseamento orquestrado pelos grupos de extrema-direita na política brasileira e na internet. Para este objetivo, será feito um estudo de caso sobre a temática da “Resistência na Ditadura Militar” e o seu papel no ensino dos estudantes, apresentando sua historiografia, os discursos negacionistas sobre ela e a sua relevância para o ensino. Considera-se a relevância da resistência ultrapassa a questão da transmissão dos conteúdos e abrange também a capacitação dos estudantes a ler criticamente as informações que recebem a partir da atividade de análise de fontes. Esta habilidade parece ser fundamental para enfrentar os discursos negacionistas nos dias atuais.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Ensino de História; Negacionismo histórico; Resistências.

¹ Graduandas do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

Abstract

With the rise of the far-right in Brazil, there has been an increase in discourses that seek to delegitimize historical work and deny historical events. These denialist discourses mainly address the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985), a sensitive past marked by physical and symbolic violence that to this day has not resulted in real punishment for those responsible. Among the main fallacious discourses about this period are those about resistance movements, seen from this perspective as terrorists and subversives who deserved the violent treatment they suffered at the hands of the military. Therefore, this paper seeks to discuss how History Teaching can contribute to combating this falsification orchestrated by far-right groups in politics and on the internet. To this end, a case study will be carried out on the theme of “Resistance during the Military Dictatorship” and its role in teaching students, presenting its historiography, the denialist discourses about it and its relevance to teaching. The latter is considered to go beyond the issue of transmitting content and also includes enabling students to critically read the information they receive from source analysis activities. This ability appears to be fundamental in confronting denialist discourses today.

Key-words: Historical denial; History teaching; Military Dictatorship; Resistance.

1. INTRODUÇÃO

Um dia, se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, eu conto pra ele. Ele não vai querer ouvir a verdade. Não é minha versão. É que a minha vivência me fez chegar às conclusões naquele momento. O pai dele integrou a Ação Popular, o grupo mais sanguinário e violento da guerrilha lá de Pernambuco, e veio a desaparecer no Rio de Janeiro (Bolsonaro, 2019, apud Almeida; Neto; Cremonesi, 2024, p. 8).

Essa fala do ex-presidente Jair Bolsonaro foi feita ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2019, Felipe Santa Cruz, como um ataque em relação ao desaparecimento de seu pai, Fernando Santa Cruz, durante a ditadura militar. Segundo Bolsonaro, a morte do pai de Felipe Santa Cruz não teria sido obra dos militares, mas sim dos membros da “Ação Popular”, movimento de resistência ao regime ditatorial (Almeida; Neto; Cremonesi, 2024). Pode-se

perceber, então, uma tentativa de negar a responsabilidade dos militares nos desaparecimentos e assassinatos de opositores à ditadura militar que ocorreu no Brasil entre 1964 e 1985. Este trabalho buscará discutir sobre essa crescente negacionista da ditadura militar, principalmente quanto ao tema das resistências nesse período, tendo como objetivo refletir qual o papel a História e o ensino de História podem exercer neste contexto.

Cabe ressaltar que a afirmação de Jair Bolsonaro não é um caso isolado, faz parte de uma onda de negacionismo histórico que tem crescido no mundo nos últimos anos, incluindo no Brasil. Passados sensíveis como genocídios, ditaduras e outros exemplos de violências têm sido alvo de discursos falseadores que buscam deslegitimar as narrativas historiográficas a partir de suas próprias convicções e crenças. Para isso, falseiam suas fontes ou omitem partes delas, manipulando seus significados e interpretações, em busca de construir a narrativa que eles querem (Breves, 2021).

Primeiramente, torna-se necessário entender a origem desse conceito. A popularização do termo “negacionismo” foi obra do historiador francês Henry Rousso para tratar daqueles que rejeitavam o extermínio em massa dos judeus nos campos de concentração na Segunda Guerra Mundial. Essa expressão é vista como um contraponto para “revisãoismo”, pois esta palavra é mais ambígua e se trata de um procedimento da historiografia (Bauer, 2024). Sendo assim, chamar esses grupos de revisionistas poderia conotar que estariam realmente realizando um trabalho historiográfico legítimo, enquanto na realidade eles não têm a pretensão de fazer novas interpretações, mas sim negar fatos históricos (Breves, 2021).

No Brasil, a entrada do negacionismo ocorreu em 1977 por meio de discussões do livro “Hitler’s War” de David Irving, um autor negacionista, e em dez anos surgiram produções negacionistas de autoria brasileira, inclusive sendo fundada a Revisão Editora LTDA, uma editora gaúcha responsável pela publicação de vários livros que negavam o Holocausto (Abreu, 2024). Essa realidade, que era mais restrita em publicações, começou a alcançar proporções surpreendentes na atualidade com a chamada pós-verdade, o crescimento da extrema-direita e o desenvolvimento das redes digitais.

De acordo com o Dicionário Oxford, “pós-verdade” é definido como o tempo: “em que os factos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e sua crença pessoal” (Oxford, 2016, apud Magalhães e Freitas, 2019, p. 17). Giliard Prado (2021) corrobora com essa afirmação pontuando “pós-verdade” enquanto termo que denota um tempo

em que a verdade dos fatos não importa mais para as pessoas. Essa ideia está muito associada às redes digitais que facilitam a divulgação de informações falsas tanto pelo anonimato quanto pela criação de espaços virtuais nos quais encontram pessoas que compartilham das mesmas crenças. Hoje, temos observado o crescimento de postagens, vídeos e sites negacionistas na internet, como por exemplo o Brasil Paralelo, voltados ao grande público. Em sua maioria, são grupos de extrema-direita que constroem narrativas encaixadas na sua visão política, de forma a proteger sua imagem e conseguir apoio do resto da população que não necessariamente faz parte dessa vertente (Breves, 2021).

Com base nesses pontos discutidos, resta-nos perguntar qual o papel dos historiadores e professores de História nesse contexto atual? Como defensores de um método científico na interpretação do passado, temos o dever de combater o falseamento dos fatos e narrativas históricas (Prado, 2021), mas é preciso pensar em como isso pode ser feito.

Indo ao encontro do cenário brasileiro atual, da ascensão do negacionismo, este artigo busca demonstrar como o ensino de História sobre a resistência durante a ditadura militar brasileira pode contribuir para o combate ao negacionismo histórico no Brasil. Para isso, faremos uso do estudo de caso da resistência dos movimentos sociais, umas das maneiras de abordar o caráter violento e repressivo do governo ditatorial. O ensino da ditadura militar de 1964, com enfoque nos movimentos de resistência, tem como objetivo perpetuar o nosso dever de memória, a necessidade de lembrar, sobretudo quanto a esse passado sensível, para que não se repita (Bauer, Gasparotto, 2021).

2. ANALISANDO O CASO DA RESISTÊNCIA À DITADURA: historiografia, negacionismo e ensino de História

2.1. RESISTINDO NA DITADURA: os movimentos de resistência e a historiografia

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2021), resistir implica rejeitar a consolidação e o êxito do regime, bem como os valores e projetos por ele promovidos. Trata-se de uma oposição que pode assumir tanto a negação integral do sistema, acompanhada da busca ativa por sua superação, quanto à manifestação de contrariedade por meio de ações concretas e posicionamentos críticos. Deste modo, analisar os movimentos de resistência à ditadura militar brasileira torna-se um modo de compreender o que era esse sistema e quais as formas de combate encontradas nesse período.

Resistir não significa apenas armar-se ou protestar, mas agir política, artística e eticamente contra a ordem imposta (Motta, 2021). Assim, a resistência manifestou-se de diversas formas e envolveu múltiplos grupos sociais, os quais necessitam de uma análise particular sobre suas reivindicações e estratégias. Para os fins deste artigo, serão abordados os movimentos estudantil, operário, gay e indígena.

O Movimento Estudantil surge a partir de estudantes universitários e suas entidades representativas, os quais tiveram grande impacto na resistência com protestos, passeatas e ocupações de prédios universitários entre 1965 e 1968. Mesmo após a radicalização da ditadura com o AI-5, eles encontraram formas de desafiar o regime, através de publicações e atividades culturais. Após o golpe de 1964, o Movimento Estudantil se viu extremamente reprimido, tendo a sede da UNE (União Nacional dos Estudantes) incendiada e depredada pelos militares e posteriormente sendo levada à ilegalidade. Estudantes vistos como subversivos eram presos de forma arbitrária e muitos deles foram torturados e mortos. No entanto, mesmo assim, esse movimento permaneceu organizado e atuou como oposição ao regime ao longo de todo o período, ainda que de forma clandestina. Durante os primeiros quatro anos, o movimento se viu atuando principalmente na resistência política intelectual com a produção de periódicos, a distribuição de panfletos e a realização de debates e protestos pacíficos. Seu ponto de virada para uma atuação mais combativa foi a morte do estudante Edson Luís em 1968 em uma manifestação estudantil. A partir desse momento, há um crescimento na adesão às manifestações e à luta armada contra a ditadura como no caso das guerrilhas urbanas e rurais que confrontavam de forma mais direta e violenta o regime (Valle, 1997).

Os trabalhadores e sindicatos foram um dos grupos mais perseguidos durante o período ditatorial. Um dos projetos político-econômico dos militares era a repressão ao movimento operário como forma de garantir o desenvolvimento do país. Desde a instauração do regime, medidas foram tomadas para que esse projeto avançasse, sobretudo com a criação de leis e decretos que diminuíram seus direitos políticos e interviam sobre a organização sindical. A partir da associação entre empresários, agentes da repressão e interventores nos sindicatos, permitiu-se maior controle patronal dos operários que eram contra o regime, ocasionando na ameaça constante da demissão, além de casos de prisão e tortura de líderes do movimento (Scuartz, 2019). A principal reivindicação dos trabalhadores era contra o arrocho salarial, medida implementada nesse período para limitar o aumento dos salários. Durante a década de 1960, as

greves operárias tomaram vez no cenário brasileiro como forma de luta por direitos trabalhistas e resistência ao regime, mesmo com sua ilegalidade. A Greve de 1968 foi a primeira grande greve da ditadura, em que trabalhadores de Contagem e região protestaram contra o arrocho salarial, sendo acompanhados, posteriormente, pelos operários de Osasco. Com a maior intensificação da resistência operária durante a década de 1970, a Greve dos Metalúrgicos do ABC de 1979 foi um dos marcos mais importantes contra o regime ditatorial, levando milhares de trabalhadores e dezenas de fábricas a pararem, contribuindo para o aumento da força de oposição e trilhando novos caminhos para a abertura política.

Já o movimento LGBTQ+ atuou principalmente nos anos 1970 e 1980 apresentando características bastante distintas do que conhecemos atualmente, como as siglas e denominações utilizadas na época: inicialmente chamado de Movimento Gay, posteriormente passou a ser conhecido como GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). Durante a ditadura, a homossexualidade era associada à subversão moral e política. A repressão incluiu prisões arbitrárias, internações em hospitais psiquiátricos, "tratamentos de cura", como eletrochoques e terapias aversivas, e a censura de manifestações culturais com temática homoerótica. A polícia frequentemente realizava batidas em locais frequentados por homossexuais, como boates, cinemas e bares (Almeida, 2019). Travestis eram particularmente visadas, sendo presas sob leis de vadiagem e atentado ao pudor. A ditadura criou uma narrativa onde a homossexualidade era vista como uma ameaça à segurança nacional e aos valores da "família tradicional brasileira". A repressão era alimentada por discursos conservadores religiosos e por um aparato repressivo estatal que incluía o Serviço Nacional de Informações (SNI), a Polícia Federal e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar). A homossexualidade era patologizada e moralmente condenada.

Apesar da repressão, houve resistências marcantes. Artistas como Ney Matogrosso, o grupo Dzi Croquettes e figuras como Madame Satã desafiaram os estereótipos de gênero e sexualidade com sua arte e postura pública. A arte e a performance foram formas de resistência e afirmação da identidade gay naquele período.

Por último, há o movimento indígena. Os povos indígenas foram extremamente vitimados pelo projeto desenvolvimentista da ditadura militar, criando-se uma visão deles como obstáculos para o progresso do país. Suas terras foram invadidas por grileiros e posseiros ou mesmo deslocadas à força. Além disso, foram alvo de violações aos direitos humanos, como prisões arbitrárias, torturas e assassinatos, acarretando quase que no extermínio de muitas etnias. Nos

anos 1970, seu movimento ganha força no palco político com a mobilização e coordenação de suas lideranças para reivindicar suas demandas nas instituições e assembleias públicas, a articulação com organizações missionárias ou pró-indígenas e a busca por denunciar e atrair a atenção pública para os crimes cometidos contra eles, tanto nacional quanto internacionalmente (Evangelista, 2022). Lutando contra a política de tutela evidenciada na FUNAI (Fundação Nacional do Índio) que estava alinhada às políticas do regime militar, os povos indígenas reivindicaram sua independência e autonomia mesmo com o fim da ditadura e a redemocratização, buscando assumir a organização e discussão das políticas indigenistas.

Sob essa perspectiva, os movimentos sociais emergem de circunstâncias de desigualdade social e opressão como uma forma de reivindicar direitos e construir tantos outros, a fim de garantir a sobrevivência desse setor popular. Constituem-se como manifestações e expressões que surgem em contextos histórico-sociais específicos e apresentam de um outro modo essa realidade e suas estruturas de desigualdade. Os movimentos sociais são constituídos de forma ativa e consciente como parte das relações humanas, por meio de experiências que moldam a cultura a partir da interação entre tradições, valores, ideias, ideologias, instituições e práticas culturais (Camoleze; Troitiño-Rodríguez, 2019). Desta forma, é possível notar muitos pontos em comum nos quatro movimentos supracitados.

Em primeira instância, os movimentos de resistência surgem como luta contra os direitos que lhes foram roubados coletivamente. Percebe-se que durante a ditadura militar houve muitos interesses econômicos e empresariais que guiaram as práticas e legislações adotadas pelo regime, obrigando a população a reagir coletivamente por meio dos movimentos e manifestações. Havendo, conseqüentemente, uma reação das autoridades em forma de repressão.

Indubitavelmente, a ditadura militar foi responsável por assassinatos, perseguições e torturas. Esse processo de enrijecimento do Estado ocorreu com a presença de uma força contra-hegemônica da sociedade civil, que colocou em risco os interesses econômicos, permitindo uma concentração consensual de movimentos favorável às suas causas e suas pautas, enfraquecendo essa hegemonia que, conseqüentemente, utiliza uma força respaldada por aparatos políticos coercitivos e opressores (Bruziguessi, 2014). As estratégias de coerção não eram apenas violentas, mas manipulativas a partir da associação desses movimentos a um “inimigo nacional”, um combate ideológico institucional para justificar práticas destrutivas e brutais.

Ademais, as reações das resistências mostram como esse Estado hegemônico, apesar de sustentado econômico e politicamente, ainda consegue ser afetado pelas organizações civis a partir de manifestações acadêmicas, artísticas, jornalísticas, políticas, dentre outras, o que demonstra a necessidade de luta contra as desigualdades sociais que mantém interesses particulares protegidos institucionalmente.

Deste modo, o surgimento dos movimentos sociais advém de processos históricos, permeados de saberes e organizações culturais transmitidos por meio das vivências e experiências coletivas. Através do estudo dos movimentos de resistência poderemos pensar novas compreensões sobre a ditadura militar brasileira e perspectivas de combate à propagação de desinformação e negacionismos que permeiam esse período histórico.

2.2. NEGANDO A RESISTÊNCIA: discursos falseadores sobre a ditadura militar na atualidade

A citação de Jair Bolsonaro, comentada ao início deste trabalho, transmite um dos principais discursos negacionistas sobre a resistência na ditadura, qualificando-os como: terroristas, sanguinários e violentos. Seguindo essa linha de pensamento, as ações violentas que o regime militar tomou contra eles seriam legitimadas como uma guerra justa na defesa do país contra aqueles que queriam causar terror. Aliada a outros discursos como “os militares desenvolveram o país” e “o regime militar impediu a ameaça comunista”, essa perspectiva enviesada e mal-intencionada contribui para a construção da narrativa de que esse período anti-democrático e violento da história brasileira salvou o país. Ademais, pode ser a base para ações antidemocráticas como o 8 de Janeiro de 2023 e os pedidos por intervenção das forças armadas no governo atual.

Nos últimos 20 anos, o ex-presidente foi uma das vozes públicas mais fortes nos discursos negacionistas sobre a ditadura no país, marcando a imagem de seu governo entre 2019 e 2022. Valim, Avelar e Bevernage pontuam que “é impossível dissociar a própria persona política de Jair Bolsonaro do negacionismo/revisionismo ideológico da ditadura brasileira.” (2021, p. 24). A disputa pela interpretação da ditadura militar é uma das ferramentas políticas da extrema-direita, a qual Jair Bolsonaro faz parte. Desde o início dos anos 2000, ele fez diversas manifestações a favor da ditadura como, por exemplo, enquanto deputado federal em 2004 no aniversário de 40 anos do golpe militar, quando fez uma proposição pedindo “a realização de sessão solene em

homenagem aos bravos e heróicos militares que morreram na luta do [sic] movimento armado denominado ‘Guerrilha do Araguaia’, ocorrido no período entre 1972 e 1975 e extinto pelas Forças Armadas” (Brasil, 2004, apud Bauer, 2024, p. 3-4). Outro comentário de Bolsonaro foi no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2013, quando ao votar pronunciou a seguinte frase: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...], o meu voto é sim.” (Campos, 2019, apud Breves, 2021, p. 24). Ele estaria rememorando o coronel do Exército e chefe do DOI-CODI entre 1970 e 1974, reconhecido como um torturador, para atacar uma ex-militante e vítima de tortura da ditadura.

Estes são apenas alguns exemplos dentre muitas outras falas de Bolsonaro a favor da ditadura militar, mas é importante ressaltar que ele não é o único expoente dessa onda negacionista. Outros grupos de extrema-direita têm se utilizado de páginas de internet e canais próprios para a propagação do seu discurso, afirmando trazer uma “nova interpretação histórica” (Breves, 2021, p. 29). O mais evidente entre eles certamente é o Brasil Paralelo, empresa criada em 2016 e que “se define como uma empresa de mídia que produz séries, documentários e filmes gratuitos, relacionados principalmente à história, filosofia e política” e que promete trazer a verdadeira história de forma imparcial (Breves, 2021, p. 36). A partir da análise que Breves faz do artigo “Ditadura militar no Brasil ou regime militar? Entenda definitivamente como foi o golpe de 64” (2020) e do documentário “1964 — O Brasil entre armas e livros” (2019), ambos produzidos por essa empresa, compreende-se que na versão do Brasil Paralelo o Ato Institucional nº 5 seria causado pelo “terrorismo revolucionário de esquerda”, o real motivo para a instauração da ditadura no país (Breves, 2021, p. 41). Outro aspecto de sua interpretação é a justificativa da tortura, que ressaltam serem casos isolados e em menor quantidade do que se afirma, devido aos movimentos “terroristas” (Breves, 2021).

Nota-se que as principais características das narrativas negacionistas se baseiam em negar e suavizar os crimes contra os direitos humanos cometidos pelos militares (Abreu, 2024), muitas vezes dirigindo a culpa às próprias vítimas. Nesse sentido, a justificativa é pautada no fato de que são terroristas e que seus atos estão prejudicando a sociedade brasileira, cabendo aos militares retomar a ordem. Outro aspecto desses discursos se baseia na associação da ditadura como um período de crescimento econômico, abandonando sua característica opressiva e violenta (Valim; Avelar; Bevernage, 2021). Conclui-se, nesse sentido, que na perspectiva negacionista, os

movimentos de resistência são vistos como os inimigos do desenvolvimento e progresso do país, inclusive sendo causadores de atos terroristas e por isso são merecedores da retaliação estatal.

Sobre sua metodologia, pode-se apontar a deslegitimação da historiografia produzida nas universidades, dita por eles como esquerdista e enviesada, e dos próprios professores de História, taxados de comunistas e doutrinadores. Segundo esses grupos, são eles os imparciais que trariam a verdade oculta para o mundo. Ademais, esses grupos estão “apelando a afetos e a emoções já presentes em parcelas significativas da população, esse negacionismo articula um conjunto amplo de representações sobre a vida social que reforçam uma identidade política radicalizada de extrema-direita” (Valim; Avelar; Bevernage, 2021, p. 25). Sendo assim, eles optam por usar a emoção do público em vez de um rigor metodológico como o da História, manipulando os documentos e as informações para encaixar em seus propósitos.

2.3 ENSINANDO SOBRE A RESISTÊNCIA: meios de combate ao negacionismo

Diante desse cenário negacionista atual, uma das disciplinas mais atacadas por esses grupos é a História, principalmente quanto à ditadura militar brasileira. A história recente, sobretudo o período ditatorial, trata-se de um passado sensível que abarca temas de extrema violência e opressão, gerando memórias e interpretações diversas e controversas entre as diferentes camadas da sociedade. São temas importantes para o presente e o futuro, que se referem a questões “vivas” permeadas por emoções complexas, ocasionando no confronto de valores e interesses (Bauer, Gasparotto, 2021).

Sendo a História um conhecimento que tem por função social comunicar-se com objetivos variados, como a legitimação ou cristalização de poderes e memórias, a crítica e transformação social e a formação cultural (Monteiro, 2007), é de extrema importância que se trabalhe com temas sensíveis como o do regime autoritário. Entretanto, no contexto brasileiro atual, essa função tem sido distorcida por adeptos da extrema-direita, que relativizam o conhecimento histórico e tratam a abordagem do professor como uma opinião, apagando seu caráter científico (Bauer, Gasparotto, 2021). Ocorre um debate público em torno do ensino de História, transformando-a em “uma narrativa fechada, destinada a moldar as consciências e a ditar as obrigações e os comportamentos para com a nação” (Laville, 1999, p. 135-136).

No tempo da “pós-verdade”, esses discursos chegaram à escola e causaram um certo receio ao professor em tratar da ditadura militar em sala de aula, sobretudo pela tentativa de controle sobre ele e o currículo por esse grupo de extrema-direitista (Bauer, Gasparotto, 2021). Essas disputas de memória são uma forma de moldar ou deslegitimar o ensino e o conhecimento científico do professor e, com isso, legitimar seus discursos negacionistas. Apesar desses desafios encontrados, é importante que o professor busque estratégias para perpassar esse campo minado de forma a contribuir com a formação crítica dos estudantes.

Através dessa perspectiva, a abordagem da resistência no regime militar nas aulas de História é uma maneira de enfrentamento à essa onda. Trabalhar com essa temática mostra-se importante a medida que mobiliza diferentes perspectivas de diferentes grupos de resistência, mas que lutavam por um objetivo em comum: a queda do regime autoritário. Isso auxilia na compreensão da diversidade dos movimentos, que não se resumiam à luta armada, a mais utilizada pelos negacionistas como justificativa à violência. Abarcando os diferentes movimentos de resistência e suas peculiaridades, o professor transpassa os distintos modos de atuação e resistência adotados por esses grupos, assim como as diferentes formas de repressão e violência que sofreram.

Ao se deparar com uma realidade que extrapole o discurso difundido do desenvolvimentismo e avanço econômico como vantagens desse período, os alunos são incentivados a delinear seu senso crítico, sobretudo com as análises de narrativas que detêm um olhar deturpante da História, através de distorções históricas (Joffily, Ramalho, 2023). A estratégia de distorção dos acontecimentos é muito utilizada pelo Brasil Paralelo em suas obras, que tendem a agradar ao público extrema-direitista, mas também enganar aqueles que não se atentam ao ofuscamento da realidade disseminada por eles.

Uma maneira de sensibilizar e explorar a reflexão do estudante é através do uso de fontes históricas em sala de aula. A análise de fontes pode ser utilizada como instrumento pedagógico, ao mesmo tempo que aproxima o estudante daquele período, também contribui para o desenvolvimento de habilidades de análise e interpretação de fontes, ferramentas que podem ser aplicadas aos conteúdos presentes nas mídias digitais atualmente, de maneira a delimitar o que extrapola o campo historiográfico para se moldar a um discurso pregado por uma determinada ideologia. “O confronto entre diferentes pontos de vista deve possibilitar que os jovens estudantes problematizem a ideia de uma verdade única e absoluta, visto que importa também que as fontes

utilizadas permitam a construção de narrativas plausíveis." (Magalhães, Olga; Freitas, 2019, p. 22).

Entretanto, a maneira como o professor leva e trabalha essas fontes com os alunos deve ser criteriosa e adaptada à sua realidade, para não cometer o erro de utilizá-las da mesma forma que os historiadores usam em seu ofício. Esse uso indevido pode fugir dos objetivos da disciplina de História, que é “desenvolver uma autonomia intelectual capaz de propiciar análises críticas da sociedade em uma perspectiva temporal” sobre os alunos (Bittencourt, 2008, p. 327-328). As fontes escolhidas devem gerar interesse e curiosidade em vez de dificuldade, de modo a não formar obstáculos para que os alunos possam explorá-los de maneira prazerosa (Bittencourt, 2008). Além disso, também se deve explicar como as fontes são utilizadas pelo historiador, o seu papel social e explorar uma leitura crítica delas, propondo uma análise através de perguntas norteadoras.

Através das fontes referentes aos movimentos de resistência desse período, consegue-se traçar a importância desses grupos para a redemocratização do país e o discurso deturpado empregado à sua luta, a fim de espalhar falsos indicadores da “necessidade” de controle social. Para esse trabalho, uma possibilidade interessante é a de seleção de fontes de diversos formatos para explicar diferentes movimentos, como o estudantil, operário, GLS e indígena, e incorporá-las a um material didático, propondo perguntas para a análise de cada fonte como forma de aguçar o olhar do estudante sobre elas.

Em última análise, o pensamento proposto por Joffily e Ramalho de que “a melhor maneira de proteger o conhecimento histórico não consiste em isolá-lo, mas em universalizá-lo” (2023, p. 19) demonstra a importância do ensino de História no contexto atual e a necessidade de extrapolá-lo para além da sala de aula através da construção do pensamento crítico, ferramenta fundamental para o combate ao negacionismo histórico. Demonstrando, assim, que o estudo da História é essencial para a compreensão individual e social, e para agrupar conceitos que auxiliam na leitura da realidade e na criação de maneiras para transformá-la (Pereira; Seffner, 2008).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário de ascensão do negacionismo histórico no Brasil, especialmente em relação à ditadura militar (1964-1985), este artigo buscou evidenciar a relevância do ensino de História como instrumento de enfrentamento a esse fenômeno. A partir da análise historiográfica dos movimentos de resistência — estudantil, operário, indígena e gay —, observamos como diferentes setores da sociedade reagiram, com distintas estratégias, à repressão estatal, desmistificando a ideia de uma resistência homogênea ou meramente violenta, como frequentemente propaga o discurso negacionista.

Ao longo do trabalho, ficou evidente que tais narrativas negacionistas não operam de forma ingênua, mas sim a partir de uma lógica política que visa deslegitimar a ciência histórica, desinformar e, muitas vezes, justificar ações autoritárias no presente. Empresas como o Brasil Paralelo e figuras públicas como Jair Bolsonaro atuam como vetores desse movimento, promovendo uma reinterpretação distorcida dos fatos e atacando diretamente os profissionais da História.

Nesse contexto, o ensino da resistência à ditadura se apresenta como uma potente ferramenta pedagógica. Mais do que transmitir conteúdos, o ensino de História deve possibilitar aos estudantes a leitura crítica das fontes, o reconhecimento da pluralidade de vozes silenciadas e a compreensão da importância da memória coletiva na construção de uma sociedade democrática. Trabalhar com fontes históricas e com diferentes perspectivas dos movimentos de resistência pode oferecer a eles os instrumentos necessários para distinguir interpretações legítimas de manipulações ideológicas.

Portanto, ensinar sobre a resistência à ditadura não é apenas uma forma de preservar a memória, mas também de sensibilizar o aluno quanto ao aparato repressivo do regime autoritário, o uso de fontes nesse contexto é fundamental para a problematização das narrativas sobre esse período e para a construção da consciência histórica. Assim, preparando os estudantes para o enfrentamento da desinformação que ameaça valores democráticos e direitos conquistados.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Gabriela Cruz. Das políticas de esquecimento ao negacionismo da Ditadura Militar brasileira. **Revista Historiar**, v. 16, n. 31, p. 30-47, 2024.

ALMEIDA, Eduardo Alberto de. **Os gueis na Ditadura Civil-Militar brasileira**: resistências. Revista Aedos, Porto Alegre, v. 11, n. 24, p. 62–79, 2019.

BAUER, Caroline Silveira. Jair Messias Bolsonaro e suas verdades: o negacionismo da Ditadura Civil-Militar em três proposições legislativas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 82, p. e20240207, 2024.

BAUER, Caroline Silveira; GASPAROTTO, Alessandra. O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. *In*: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 438-451. *E-book*.

BITTENCOURT, Circe. Usos didáticos de documentos. *In*: **Ensino de História**: Fundamentos e Métodos. 4. Ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2011, p. 325-343.

BREVES, Ana Caroline da Silva L. **Ditadura Militar e Ensino de História**: Propostas e desafios contemporâneos ante o negacionismo histórico. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BRUZIGUESSI, Bruno. O legado da ditadura no processo de criminalização dos movimentos sociais. **Tempos Históricos**, v. 18, n. 1, p. 228-254, 2014.

CAMOLEZE, Jean Marcel Caum; RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. Produção e tipologia documental de movimentos sociais: estudo sobre o arquivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras do Brasil (MST). **Inf. Pauta**, Fortaleza, v. 4, n. 2, jul./dez. 2019.

EVANGELISTA, Breno Luiz Tommasi. Violência Estatal e Resistência Indígena na Primeira República e na Ditadura Civil-Militar Brasileira. **Revista Transversos**. Rio de Janeiro, n. 25, p. 54-71, 2022.

JOFFILY, Mariana; RAMALHO, Walderez. Distorcionismo: uma nova categoria de análise para o campo de batalha da história no século XXI. **Tempo**. Niterói, v. 30, n. 1, 2024.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138. 1999.

MAGALHÃES, Olga; FREITAS, Eliane. Contributo para uma reflexão sobre pós-verdade e ensino de história. *In*: Juan Ramón Moreno-Vera y José Monteagudo-Fernández (eds.). **Temas controvertidos en el aula. Enseñar historia en la era de la posverdad**. Murcia: Editum, 2019, p. 17-26.

MONTEIRO, Ana Maria. A história escolar: algumas considerações possíveis. *In*: **Professores de história**: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 113-170.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NETO, Enéas Cardoso; DE ALMEIDA, Luiza Andreza Camargo; CREMONESI, Mayara Lima. A era da pós-verdade e o revisionismo histórico em relação à ditadura militar brasileira (1964-1985) imposto pela gestão Bolsonaro. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 10, p. 1-20, 2024.

NETTO, Antônio Ananias Nogueira. Os Movimentos Sociais, uma análise geográfica. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 142-151, 2017.

PEREIRA, Nelson Mullet; SEFFNER, Fernando. **O que pode o ensino de História?** Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008.

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0201, set./dez. 2021.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Apresentação-Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 13-36, 2021.

VALLE, Maria Ribeiro do. **O diálogo é a violência**: movimento estudantil e ditadura militar em 1968. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1997.